
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 294/2025

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 294/2025

Dispõe sobre as normas do Programa do Livro e do Material Didático (PNLD) para remanejamento, conservação, doação, reciclagem e o desfazimento daqueles irrecuperáveis ou desatualizados e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal, art.205, 206, 208, inciso VII, 211 e 213. Lei nº 9.394-LDB, de 20 de dezembro de 1996. Portaria nº 082/2022-GS/SME de 1º de junho de 2022. Decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017. Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018 e tendo em vista a Resolução Nº 12, de 7 de outubro de 2020, do Ministério da Educação, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, Conselho deliberativo, e, ainda, o disposto no caput do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO ser a educação um direito de todos e um dever do Estado, visando o desenvolvimento do ser humano, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua aplicação para o trabalho;

CONSIDERANDO as diversidades culturais locais, demandando a garantia de oportunidades e a igualdade de condições para o acesso à permanência dos alunos nas escolas;

RESOLVE:

Art. 1º Firmar normas para o remanejamento, conservação, doação e reciclagem dos livros didáticos que estejam sob a guarda dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Maxaranguape, bem como o desfazimento daqueles tidos como irrecuperáveis ou fora do prazo da vigência que se encontrem acumulados nas unidades escolares.

Art. 2º Esta Portaria estabelece os seguintes critérios:
Os alunos que adquiriram livros didáticos, fornecidos pelo Ministério da Educação – MEC/ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE em parceria com a secretaria municipal, durante o período letivo, com vigência de 4 (quatro) anos de uso estabelecido, no último ano do quadriênio os estudantes ficarão de posse desses. Caso não se interessem, os livros permanecerão na unidade escolar sob responsabilidade do Gestor, que deverá adotar providências para o seu descarte ou desfazimento: poderá doar livros e materiais didáticos, sem encargos, às Instituições Governamentais e Não Governamentais, às Cooperativas

de Reciclagem, às Entidades Filantrópicas, às Entidades Autárquicas ou integrantes dos poderes legislativos e judiciários;

Os livros didáticos irrecuperáveis ou inservíveis são considerados aqueles que depois de decorrido o prazo de vida útil por 4 (quatro) anos não puderem ser utilizados para os fins que se destinam, devido à perda de suas características e que estejam sem condições de uso. Os livros inservíveis poderão ser reutilizados como uso de material de apoio pedagógico, por exemplo, recortes e exposições de textos e colagem, dentre outros;

Desatualizados são todos os livros didáticos cujos conteúdos não estão de acordo com as orientações dos componentes

curriculares nas áreas dos conhecimentos específicos, conforme Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017 e Resolução nº12, de 7 de outubro de 2020.

Art. 3º A distribuição de livros didáticos, acervos de obras didáticas, acervos de obras pedagógicas e literárias dos Programas Nacional do livro Material Didático – PNLD, são adquiridos com recursos públicos, constituindo-se, portanto, em bens públicos devendo ser assegurados sua conservação e utilização, no âmbito local, pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as competências:

As escolas municipais devem observar as normas e, bem como, promover ações para garantir a conservação e a devolução de livros didáticos reutilizáveis pelos estudantes, inclusive realizar campanhas de conscientização para a comunidade escolar, professores, estudantes, divulgando as normas de uso adequado aos livros; II- As escolas municipais deverão criar e incluir ações no projeto político pedagógico que valorizem a conservação e a devolução dos livros didáticos, tais como: oficinas pedagógicas, artes visuais e teatro dentre outras.

A gestão da escola deverá realizar o controle de entrega e devolução dos livros reutilizáveis aos estudantes, durante o ano letivo, mediante termo de responsabilidade (anexo a este documento);

A gestão da escola deverá orientar e manter organizado os acervos para uso dos estudantes, dos professores e da comunidade escolar;

Os livros didáticos deverão ser separados por anos e componentes curriculares, no final do ano letivo, o gestor da escola ao receber os livros didáticos reutilizáveis devolvidos deverá organizá-los em espaço adequado, até a entrega aos estudantes e professores no início do próximo ano letivo.

Art.4º Os procedimentos para o descarte ou desfazimento dos livros didáticos irrecuperáveis (inservíveis) e desatualizados do Programa Nacional do LivroDidático e do Material Didático – PNLD serão realizados, através de doação sem encargos, conforme inciso I do art.2º desta Portaria. As instituições de ensino não poderão receber vantagens ou pagamentos pelo ato de doação.

A direção da escola deverá realizar um levantamento quantitativo e qualitativo dos livros didáticos e materiais didáticos do PNLD disponíveis para

doação, ao final do quadriênio;

A direção da unidade escolar deverá classificar os livros didáticos em irrecuperáveis ou desatualizados e, após o levantamento, registrar no livro de Ata, que deverá ser assinado pelo presidente do conselho escolar, pelos conselheiros e pelo gestor;

A Escola fará o acompanhamento do processo de doação;

IV-Na esfera municipal, conforme a Lei 9.504/97, art. 73, parágrafo 10, a doação de que se trata esta Portaria não poderá ser efetivada no período eleitoral.

Art.5º As escolas que têm livros didáticos excedentes para remanejamento deverão informar as outras unidades escolares da rede de ensino.

Parágrafo Único – Compete à direção da escola e ao conselho escolar monitorar o remanejamento dos livros didáticos excedentes, antes, observando se todos os estudantes receberam os livros para uso.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maxaranguape, 22 de Dezembro de 2025.

JOSIVAN RIBEIRO DO MONTE
Secretário Municipal de Educação

MODELO DE TERMO DE DOAÇÃO DE LIVROS FORA DA VIGÊNCIA

Pelo _____ presente _____ instrumento _____ a
ESCOLA _____

_____, neste ato representada por seu/sua
(**CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE**), o(a)
Senhor(a) _____, em conformidade com o **Decreto nº**
9.373, de 11 de maio de 2018 que dispõe sobre os
procedimentos de como os bens móveis inservíveis do governo
devem ser gerenciados, estabelecendo processos como
desfazimento, doação, reciclagem e descarte sem condições ou
encargos de qualquer natureza. Portanto, se faz a doação de
livros didáticos fora da vigência, adquiridos pelo Fundo
Nacional de Desenvolvimento Escolar, por meio do Programa
Nacional do Livro Didático – PNLD à, (**NOME DA**
ORGANIZAÇÃO DONATÁRIA), CNPJ
nº _____, neste ato representada
pelo(a) Senhor(a) _____.

O presente termo tem por objeto a doação exclusiva dos livros
didáticos fora da vigência, tendo por finalidade a utilização
pelo DONATÁRIO, conforme o que determina a Resolução Nº
42/2012/CD/FNDE.

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente
TERMO DE DOAÇÃO.

_____,
_____ de _____ de _____.

DOADOR(A) – CPF

DONATÁRIO(A) - CPF

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:D56DF2E3

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado
do Rio Grande do Norte no dia 23/12/2025. Edição 3694
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>